



Editorial

A literatura bíblica não é isenta da discussão relativa ao poder. Ao contrário, nela não encontramos neutralidade diante dos conflitos que subjazem às relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Ler a *Bíblia*, nesse sentido, é um convite a se inserir em realidades conflitivas de grupos sociais que procuram espaço de construção de sua identidade. Dentro desse contexto, a *Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral* organizou artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa para discutir diferentes e necessárias abordagens do “poder” na literatura bíblica.

Em “Uma tríade social que qualifica o ato de conhecer a Deus”, o prof. Dr. Antonio Carlos Frizzo (PUCRJ) aborda a famosa trilogia social do Antigo Testamento, a saber, “órfão”, “viúva” e “estrangeiro”, a fim de demonstrar que as leis que regem essa tríade de grupos socialmente vulneráveis foram praticadas diante de um contexto político e social específico.

O trabalho do prof. Dr. Vicente Artuso (PUCPR), “Autoridade de João Batista e Jesus: para servir o reino de Deus”, acentua a questão da relação de João com Jesus e a missão a serviço do reino. João reconhece Jesus como o mais forte, que batizará com um batismo mais eficaz. Jesus reconheceu a autoridade de João e aprovou sua missão como vinda de Deus. As analogias entre Jesus e João justificam a missão divina deles: João como profeta que prepara o povo e Jesus como aquele que anuncia a chegada do reino.

Prosseguindo a leitura nos deparamos com o artigo do prof. Dr. Luiz Alexandre Rossi (PUCPR), “Exército romano: conquista, terror e violência”,

em que se percebe que Jesus fala e age numa situação de injustiça sistêmica e de mal estrutural. Contrapõe seu projeto ao da *pax Romana* sustentada pelo Império por intermédio de um exército exemplarmente estruturado. Nesse contexto social, por viver e defender seu projeto, Jesus é condenado à cruz. A crucificação era considerada pelos romanos como terrorismo de Estado e sua função era impedir a resistência ou a revolta, especialmente entre as classes inferiores.

Da Phillips Universität Marburg (Alemanha) vem a preciosa contribuição do prof. Dr. Erhard S. Gerstenberger, que, ao discorrer a respeito do “Poder real, autoridade do clã e o governo de Javé”, propõe investigar novamente algumas questões limitadas da organização social do antigo povo de Israel em relação à práxis política do poder e suas consequências para a vida espiritual e ética. O autor reflete ainda a respeito dos motivos de elogiar a instituição ou administração do reinado em Israel por um lado e de denunciá-lo severamente por outro, bem como sobre o fenômeno concomitante de desprezar ou glorificar as chefias tribais. A autoridade familiar também tem um papel importante nessas considerações.

Na sequência temos a contribuição do prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva, professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina, em que apresenta uma brilhante aproximação de Michel Foucault a uma das cartas do apóstolo Paulo – “Algumas considerações sobre 1Timóteo 4,1-16 a partir da ética do cuidado de si de Michel Foucault”.

Em “Os poderes do mal e as máscaras do diabo”, o prof. Dr. Valmor da Silva, professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás, apresenta um panorama sobre o mal nas diversas ciências, e principalmente na Bíblia e no Cristianismo, buscando dissociá-lo das máscaras do diabo. Segue com a demonização do desconhecido, em que apresenta culturas que não apelam para a figura do demônio e para outras em que suas divindades são vistas como demônios. Perfaz, enfim, a história do mal na *Bíblia*, com a ideia de que sua representação passou a ser feita apenas após o exílio. Destaca momentos em que o mal não possui personificação, seja na *Bíblia* seja no cristianismo.

No artigo “Idolatria, poder e comércio: um estudo de Apocalipse 18,1-24”, o prof. Dr. José Adriano Filho (Faculdade Unida), ao analisar o texto de Apocalipse 18, faz uma leitura teológica do fator econômico

ao catalogá-lo como pecado e sujeito ao juízo de Deus. Essa economia é pecaminosa na medida em que acarreta miséria para muitos e, além disso, significa perseguição e morte para a comunidade dos fiéis. O pecado, assim caracterizado, “chega ao céu”, constitui a medula de uma situação pecaminosa. Deus não passa por alto “nem esquece” isso, pois é expressão de injustiça entre os homens que deve ser remediada. A degradação da vida humana no mundo atual torna-se um ponto a partir do qual podemos entender os efeitos que as formas do poder econômico assumem. Estamos também diante de “uma situação pecaminosa, injusta, que não passa despercebida aos olhos de Deus, nem é algo pelo qual Ele possa ficar desinteressado”. O sistema econômico-político atual também constitui o cerne de uma situação pecaminosa que está sujeita ao juízo de Deus.

Para concluir este Dossiê, o artigo de autoria do prof. Dr. Isidoro Mazarolo (PUC-Rio) – “Conflitos de autoridade em 1 Cor 9,1-2” – propõe uma exegese em torno do conflito de autoridade no ministério apostólico das primeiras décadas e os critérios para a autoridade de pregar, ensinar e anunciar o evangelho.

Na seção Diversos apresentamos os seguintes artigos: “A encarnação como culminância da dignidade humana segundo o prólogo de João”, de Ernesto Lázaro Sienna; “Os Manuscritos de Qumran ou do Mar Morto”, do prof. Ms. Ildo Perondi (PUCPR-Londrina); “Do silêncio do texto às imagens da ressurreição: cultura visual e interpretação bíblica”, do Dr. Paulo Augusto de Souza Nogueira (UMESP); “Educação e espiritualidade: limites e possibilidades de um encontro pedagógico no Ensino Religioso”, de Célia Smarjassi (PUCSP); “Ontologia, metáfora e fenomenologia – uma classificação contemporânea para as teologias”, de Osvaldo Luiz Ribeiro; o texto de Marlon Leandro Schock (Faculdades EST) – “Objeto próprio do ensino religioso escolar: de Babel ao Mar Vermelho”; e a resenha, de Clóvis Ecco (PUC Goiás), do livro de Andrea Semprini – *Multiculturalismo*.

Prof. Dr. Luiz Alexandre Rossi

Prof. Dr. Vicente Artuso

Pelo Conselho Editorial